



**AFRICA CENTER
FOR STRATEGIC STUDIES**

Centro de Estudos Estratégicos de África

Sessão 3: Práticas e processos de orçamento e aquisições

Raymond Gilpin, Ph.D.
Reitor acadêmico

Abordagens para o Orçamento do Setor de Segurança

- Orçamento Incremental
- Orçamento Base Zero
- Sistemas de Planejamento, Programação e Orçamento (PPBS)
- Estrutura Orçamentária de Médio Prazo (EOMP)

O Ciclo Orçamentário e o Setor de Segurança

Fase do ciclo orçamentário	Prática internacional	Defesa tratada de forma diferente?
Planejamento e formulação de orçamento	Estratégias setoriais são desenvolvidas com base nas estimativas de despesas, concorrência setorial e controle do escritório orçamento, com a opção de fundos de contingência.	O sigilo pode levar a diferentes práticas de avaliação e formulação, e a prática pode divergir significativamente da estratégia anual.
Controle legislativo	Todos os itens são submetidos a um controle minucioso e detalhado que permite ao legislativo fiscalizar o executivo.	O sigilo restringe o controle, especialmente em países inseguros ou repressivos.
Execução orçamental	Fundos são liberados de acordo com as dotações com regras claras para os défices.	A execução do orçamento às vezes obedece procedimento específico, como para subvenções globais, contas de garantia, relatórios incompletos.
Monitoramento e relatórios	Despesas são reportadas ao escritório de contabilidade, legislativo, incluindo relatórios financeiros e operacionais anuais.	Os relatórios de despesas e os relatórios financeiros não são diferentes para a Defesa, mas os relatórios operacionais são afetados pela necessidade de sigilo.
Auditoria externa	Todas as despesas estão sujeitas a auditoria externa, executada ou dirigida pelo legislativo.	As auditorias podem ser fechadas ou enfraquecidas como consequência da necessidade de sigilo, mas em alguns casos são substituídas por eficazes auditorias internas.

Assegurando o desenvolvimento, Grupo Banco Mundial 2017, P. 10

Princípios da boa execução orçamental no setor de segurança

- Contestabilidade: todos os departamentos devem poder competir e justificar pedidos.
- Abrangência: todas as despesas devem ser incluídas.
- Previsibilidade: todos os participantes devem entender uma estrutura adequada
- Integridade: as projeções orçamentárias devem ser imparciais e refletir preços/variáveis reais
- Flexibilidade: os planejadores e profissionais devem ser capazes de responder a um ambiente dinâmico

O que é PER?

Definição:

A análise das despesas públicas (PER, por sua sigla em inglês) é um instrumento analítico que examina as alocações de recursos governamentais dentro e entre setores, avaliando a equidade, eficiência e eficácia dessas alocações no contexto do quadro macroeconômico e das prioridades setoriais de um país.

Assegurando o desenvolvimento, Grupo Banco Mundial 2017, P. 10

Fundamentos da PER

- Estabilidade e acessibilidade fiscal
- Allocative Efficiency
- Eficiência e eficácia operacional
- Transparência e responsabilidade fiscal
- Relatórios sobre assistência externa

Assegurando o desenvolvimento, Grupo Banco Mundial, 2017, P. 11-12

Notas: alocação de recursos

	Transparência do orçamento	Controle do orçamento	Participação parlamentar	Nota geral
Angola	-	-	-	Sem dados
Botswana	1	1	2	E
Comores	1	1	1	E
Lesoto	-	-	-	Sem dados
Madagáscar	1	1	1	E
Malawi	0	2	1	E
Moçambique	1	1	1	E
Namíbia	2	2	2	D
Seychelles	-	-	-	Sem dados
África do Sul	3	3	2	D
Suazilândia	0	0	0	E
Zâmbia	0	1	1	E

* Resultados numéricos de 4 pontos possíveis, onde 4 é forte

** Notas de A-F, incluindo E

Fonte: Índice de Defesa da Transparência Internacional

Exemplos: alocação de recursos

- Uganda: gastos com caças de combate (US \$ 740 milhões) não incluídas no orçamento
 - www.defenseweb.co.za (Maio de 2011)
- Angola: Aumento significativo no orçamento do setor de segurança
 - www.afrika.no (Janeiro de 2013)
- África: “Alocação de recursos e política orçamentária militar na África subsaariana” por Andrew Dowdle (Maio de 2010)

Notas: utilização de recursos

	Transparência de aquisições	Divulgação de compras	Soldados fantasma	Sanções por corrupção
Angola	-	-	-	Sem dados
Botswana	2	0	1	2
Comores	0	0	1	2
Lesoto	-	-	-	Sem dados
Madagáscar	0	0	2	2
Malawi	2	0	2	2
Moçambique	1	1	2	2
Namíbia	2	0	3	2
Seychelles	-	-	-	Sem dados
África do Sul	2	1	2	2
Suazilândia	0	0	2	2
Zâmbia	1	0	2	2

* Resultados numéricos de 4 pontos possíveis, onde 4 é forte

Fonte: Índice de Defesa da Transparência Internacional

Exemplos: utilização de recursos

- Nigéria: gastos com a Força-tarefa conjunta de contrainsurgência 10 vezes maior que o orçamento.
 - www.nigerianpilot.com (Junho de 2013)
- África do Sul: a corrupção no setor de defesa recebe maior atenção
 - www.issafrica.org (Fevereiro de 2013)
- Suazilândia: acordo de armas secreto causa preocupação
 - www.african-defense.com (Março de 2013)

Notas: fiscalização de recursos

	Instituições anticorrupção	Mecanismo de fiscalização	Classificação de informações	Transparência de ações judiciais
Angola	-	-	-	Sem dados
Botswana	1	0	2	2
Comores	2	0	0	2
Lesoto	-	-	-	Sem dados
Madagáscar	1	0	0	2
Malawi	2	1	2	0
Moçambique	1	1	2	1
Namíbia	2	0	2	1
Seychelles	-	-	-	Sem dados
África do Sul	2	2	2	2
Suazilândia	1	0	0	0
Zâmbia	1	1	2	1

* Resultados numéricos de 4 pontos possíveis, onde 4 é forte

Fonte: Índice de Defesa da Transparência Internacional

Exemplos: fiscalização de recursos

- Gana: comitê de defesa no parlamento inativo e mal equipado
 - Resumo de segurança do Centro de África (Janeiro de 2012)
- Quênia: desempenho fraco de auditores públicos no controle dos gastos de defesa
 - www.allafrica.com (Março de 2013)
- Tanzânia: comitê de defesa parlamentar separado estabelecido apenas em 2013
 - www.allafrica-com (Abril de 2013)

Alguns desafios

- Dependência histórica interna
- Disputas sobre a legitimidade do Estado
- Sigilo e segurança nacional
- Custos elevados de denúncia
- Dificuldades com atores estrangeiros
- Tempo para estabelecer instituições robustas

Perguntas?



**AFRICA CENTER
FOR STRATEGIC STUDIES**

Centro de Estudios Estratégicos de África

AfricaCenter.org